

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a **Assembleia de Freguesia de Vialonga**, em **Sessão de caráter Ordinário**, no Salão Nobre da Junta, Freguesia de Vialonga, sob a Presidência do Sr. **Fábio Mousinho Pinto** e secretariada pela Sra. Ana Paula Cortez, como 2ª Secretária, em substituição da Sra. Joana Aruil e pelo Sr. Paulo Nogueira, 1º Secretário, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)

II. Período de Intervenção do Público

III. Ordem do Dia

Ponto Um – Informação da Atividade da Junta de 01/04 a 31/05/2019

Ponto Dois – Autorização Prévia Genérica Prevista na Lei dos Compromissos

Ponto Três – Transferência de Competências – Dec-Lei Nº 57/2019 de 30 de Abril

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: Na bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU), a eleita Maria Helena Freitas foi substituída pela Sra. Marília dos Anjos Carvalho Nunes Branco, a eleita Ana Margarida Penedo foi substituída pela Sra. Ana Paula Robinson Piedade Cortez, a eleita Joana Aruil foi substituída pela Sra. Isabel Pato; na bancada do Partido Socialista (PS) o eleito Pedro do Canto foi substituído pelo Sr. João Tremoço.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:

Mesa:

- Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais), Presidente
- Paulo Nogueira (CDU), 1º Secretário
- Ana Paula Robinson Piedade Cortez (CDU), 2ª Secretária

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Paulo Basílio
- Ângela Bordalo
- Isabel Pato
- Marília dos Anjos Carvalho Nunes Branco

Bancada do Partido Socialista (PS)

- Bruno Cordeiro
- Ana catarina Necho
- Carina Correia
- João Tremoço

Bancada do Bloco de Esquerda (BE)

- Lina Batista

Bancada do CDS-Partido Popular (CDS-PP)

- Célia Duarte

Ausentes estiveram os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:

- **Bancada da CDU:** Não aplicável
- **Banda do PS:** Não aplicável

- **Bancada da Coligação Mais:** Não aplicável
- **Bancada do BE:** Não aplicável
- **Bancada do CDS-PP:** Não aplicável

O Executivo esteve representado pelos seguintes membros:

- José António Alves Gomes (Presidente)
- Leonor Alves (Secretária)
- Paulo Antunes (Tesoureiro)
- Jorge Cipriano (Vogal)

Ausentes estiveram os seguintes Membros da Junta de Freguesia:

- António Mateus (Vogal) ausente por motivo de doença

Havendo quórum, com a presença de todos os Membros da Assembleia de Freguesia, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu início à reunião da Sessão Ordinária, saudando e cumprimentando todos presentes (membros do Executivo da Junta de Freguesia, eleitos das bancadas da Assembleia e pessoas presentes no público).

O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** (PMAF), Fábio Mousinho Pinto, deu início aos trabalhos pedindo à 2ª Secretária, Ana Paula Robinson Piedade Cortez, que procedesse à leitura da correspondência recebida, referida na listagem anexa à presente Ata.

O Sr. **PMAF** colocou a ata nº 1, da Sessão Ordinária, da AF do dia 22 de Abril de 2019, à discussão dos membros das bancadas e posterior votação.

Bruno Cordeiro do PS, apresentou os seus cumprimentos, disse que a bancada do PS e tendo em conta a vontade demonstrada por parte do Sr. PMAF e da própria MAF, no sentido de haver uma discussão mais alargada, no âmbito da Comissão Permanente, sobre a forma como eram estruturadas as atas, propunha e tendo em conta o agendamento breve de uma reunião da CP, que este ponto fosse adiado e houvesse uma discussão aprofundada, para encontrar um modelo. Propôs então que passassem a votar esta ata e a próxima, na próxima sessão ordinária da AF.

O Sr. **PMAF** questionou as restantes bancadas se queriam intervir, sugerir ou obstar sobre a questão, depreendendo que nenhuma das bancadas queria intervir, sugerir ou algo a obstar a que votassem a ata da última sessão ordinária, na próxima sessão ordinária da AF. Assim sendo, tomou boa nota da questão apresentada, pela bancada do PS e seria levada a ata à próxima Sessão da AF.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Depois das respectivas inscrições dos eleitos, o Sr. PMAF deu a palavra às seguintes intervenções:

Paulo Basílio da CDU cumprimentou todos os presentes. Felicitou a corporação de Bombeiros Voluntários de Vialonga, pela nova Área Técnica Operacional. Tinha sido um processo complicado, mas finalmente tinham condições laborais e técnicas, para o desempenho do trabalho, que a Freguesia e todos os Vialonguenses mereciam. Chamou a atenção para a morosidade do processo, arrastado no tempo, mal gerido e desorganizado, por quem de direito, assim como perda de uma melhor oportunidade de financiamento, por parte dos fundos europeus. Chamava a atenção para o fato de a própria Corporação de Bombeiros ter ficado com um encargo financeiro significativo. Deixava o alerta para os responsáveis se aperceberem desta realidade e vir a ajudar financeiramente a corporação. Questionou o Sr. PJFV se havia já algum desenvolvimento sobre a construção das piscinas, em Vialonga. Referiu ainda o problema das acessibilidades nalgumas zonas da Freguesia, como a Estrada da Alfarrobeira, utilizada por muitos Vialonguenses, que trabalhavam

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

na Central de Cervejas e na Azkar e que não oferecia condições de segurança. Era preocupante, principalmente na passagem do viaduto da auto estrada, no sentido da rotunda do Cabo de Vialonga. As pessoas tinham de esquivar-se para a valeta, para evitar acidentes graves. A Estrada do Túnel, também frequentada por muitas dezenas de pessoas e jovens que iam para a Póvoa de Santa Iria, tardava numa solução. Sabiam que havia um problema com os herdeiros dos terrenos confinantes à Estrada. Fazia um apelo ao **Sr. PJF**, no sentido de ser colocada ao **Sr. PCMVFXIRA** uma proposta, no sentido de pelo menos expropriar a facha, onde já existia um passeio, do túnel até à ARPIV. Financeiramente era possível. Havia milhões para certas empresas e financiamentos, depois para estas pequenas expropriações, não havia disponibilidade financeira, de modo a melhorar a circulação e a segurança de muitas pessoas, que ali passavam.

Bruno Cordeiro, do PS aproveitou para cumprimentar as pessoas que estavam a assistir a esta Sessão por via streaming e passou a ler uma declaração sobre “Gestão do Hospital de Vila Franca de Xira” documento apenso à presente ata.

Célia Duarte do CDS-PP cumprimentou todos os presentes. Leu uma “Saudação” sobre a inauguração da nova área Técnica Operacional dos Bombeiros Voluntários de Vialonga. Aproveitando esta homenagem feita à Corporação dos Bombeiros Voluntários de Vialonga, disse não deixar de estranhar a ausência da sua bancada do Convite para a inauguração da nova área Técnica Operacional e pelo que constatou não tinha sido só a sua bancada, a não receber convite, para esta inauguração. Viu com agrado a actualização do site da JF no que dizia respeito às Moções debatidas no presente mandato. Colocou as seguintes questões: passeios com ervas constituindo um obstáculo para a circulação pedonal, requerendo uma maior atenção por parte da JFV, na manutenção e limpeza e desobstrução dos obstáculos. Na Fonte Santa, o aspeto de degradação, era geral. Também tinha visto e o **Sr. PJF** tinha dito que a questão da passadeira redutora de velocidade, na Rua Otávio Pato, se prendia com a repavimentação, porque iria levar mais um tapete. Entretanto já tinha levado um tapete, naquela zona da Rua Otávio Pato, havia dois anos, pela empresa Campelo & Campelo. Na Rua do Sanatório, na zona envolvente à nova área Técnica Operacional dos Bombeiros, tinham aparecido ali duas passadeiras. Perguntou qual o critério, porque também sabia que aquela zona iria ser intervencionada. Supostamente com uma rotunda, e levar um novo tapete. Se tinha havido ali a possibilidade de terem pintado duas passadeiras, julgava que na Rua Otávio Pato, também poderiam aplicar a mesma situação. Na Rua Artur Semedo a rampa de acesso ao Parque Urbano tinha um buraco aberto e pedras soltas. Durante a noite a iluminação era débil. Na Rua Melo Antunes junto ao Café da Barquinha, também havia um buraco enorme. Na Mata do Paraíso verificou que na zona do Moinho, estavam umas caixas enormes, a céu aberto, sem tampa e cheias de lixo. Relativamente às obras dos SMAS, da Rua 25 de Abril, perguntou quem é que tinha decidido sobre a alteração de trânsito. A sua dúvida era, todo o trânsito que subia a Rua Calouste Gulbenkian, estava a desembocar na Rua João de Deus e esta rua só permitia o trânsito a uma viatura de cada vez. Havia pessoas a necessitar de transporte diário de ambulância e enquanto a ambulância fazia este transporte, aquele tempo era um caos. Perguntou ainda quem tinha sugerido a circulação do trânsito para a Rua João de Deus, sabendo que a sinalização tinha sido aplicada pelo empreiteiro. Sobre a situação dos monos, a JFV tinha aceitado este serviço, aquando das transferências de competências da CM para as JF. Depois suspendeu para retomar desde o passado dia 6 de Junho e estava a fazer a recolha de resíduos de grandes dimensões, com apenas três homens, com trabalho braçal. Confessava que a chocava, apenas três homens a fazer a recolha e a transportar em braços, os monos para cima da carrinha, para depois os transportarem para um contentor, que teria por norma, mais um metro acima. Perguntou ao **Sr. PJF** se a viatura bascular aos três lados que ia comprar, que combustível usava tendo a ver com a redução da pegada do carbono e iria ter uma grifa, para evitar o tal trabalho

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

manual reduzindo a mão de obra e os riscos de acidentes de trabalho. Perguntou ainda qual o local onde eram depositados estes resíduos, quem fazia a triagem e o tratamento final. Queria saber se iria haver recolha de monos, a pedido e qual os dias da recolha, se estaria disponível no site da JF, de forma a evitar o seu depósito, na via pública. A última questão prendia-se com as mesas de voto, em Santa Eulália e como proposta e insistência da sua bancada, gostava de saber se ainda seria nas próximas eleições, que teriam essa mesa de voto.

Catarina Necho do PS cumprimentou todos os presentes. Sobre a recolha de monos, disse que a situação estava a piorar e não a melhorar, dava o exemplo de 3 ruas: Travessa do Olival, Rua do Casalinho e Rua da Fonte Santa. Disse ainda não haver transportes aos fins de semana, entre Lisboa e Vialonga, como por exemplo: a carreira 353, que não circulava aos fins de semana; a 354 que só circulava ao sábado; a 347 que não circulava aos fins de semana. Perguntou se o **Sr. PJF** tinha conhecimento que na USF de Vialonga as consultas só estavam a ser marcadas para o mês de Agosto. Disse ainda que na última semana tinha havido uma reunião de comissão, que tinha a ver com o Casal do Bagulho, em que estiveram presentes e pedia a atenção de todos os eleitos, membros do PS e do CDS, perguntando se tinham uma justificação para esta situação, pois não só não foi possível votar, como a situação não tinha sido esclarecedora.

O PMAF esclareceu que, no que dizia respeito à Comissão de Trânsito, a bancada da Coligação Mais não pôde estar presente, a justificação foi dada atempada e convenientemente à Coordenadora, se porventura a eleita **Catarina Necho do PS** não tinha essa informação, teria de questionar a Coordenadora da Comissão. A indicação do elemento substituto ou não, era uma gestão que cabia à sua bancada, indicar ou não, isso tinha sido explicado a quem de direito, quanto ao resto, era com as outras bancadas.

Carina Correia do PS cumprimentou todos os presentes, alertou para a reparação de um sinal na Urbanização da Quinta da Maranhota, entre a Rua Miguel Torga e a Rua Olival Santo, com graves acidentes ocorridos naquela zona. Também e ainda na Rua do Olival Santo e por causa da pedreira, os camiões circulavam a grande velocidade causando perigo à segurança rodoviária e às muitas crianças que circulavam para as escolas, com riscos de atropelamento. Disse que a JFV já teria sido alertada para a necessidade de colocação de uma lombas, nesta rua, mas até à presente data, não tinha sido colocada. Alertava para a falta de transportes na Verdelha do Ruivo, principalmente aos fins de semana, tinha uma população, bastante envelhecida, impedindo o acesso de muitas pessoas a poder fazer as suas compras. Alertou o **Sr. PJF**, para a necessidade de apoio às pessoas com dificuldade na elaboração de um currículo vitae, muitas delas com um nível baixo de escolaridade. Sugeriu por isso que a JFV pudesse, no futuro, ter este tipo de apoio para os Vialongueses, pois a situação impedia muitas vezes as pessoas de se candidatarem a empregos. Alertou ainda para o desemprego de longa duração, de muitas famílias, residentes em Vialonga, com graves necessidades alimentares. Alertava nesta AF, para a necessidade de apoio com leite em pó, para crianças bebés, apoio esse que não conseguiam em apoios locais, nem mesmo no Concelho, conforme tinha averiguado. Sabia bem que a JFV, não tinha orçamento, para poder apoiar nesse sentido, mas apresentava a proposta que de alguma forma a JFV viesse também dinamizar o comércio local e que, em troca das taxas da publicidade de letreiros do comércio local, o comércio pudesse contribuir com latas de leite, para a JFV poder apoiar essas mesmas famílias.

Isabel Pato da CDU, cumprimentou todos os presentes. A sua intervenção dirigia-se ao Património da Freguesia, concretamente o Palácio da Flamengo e o Hospital, assim como a Capela do Palácio, que tinha sido assaltada e levados cerca de dois mil azulejos do século VX. O Hospital tinha sofrido obras para depois ficar fechado durante mais de vinte anos. Disse ainda ter havido várias instituições que tinham procurado intervir e fazer alguma recuperação. Em 2014, a JFV tinha lançado um abaixo assinado, em conjunto com uma Comissão de Utentes de Saúde, tinham feito

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

diversas iniciativas. A comunicação social também, abordava este tema. A CDU recentemente em reunião de CM tinha colocado ao executivo camarário, a questão da situação do estado de abandono, e das condições de segurança. Questionou o **Sr. PJF**, se neste momento já tinha havido alguma resposta. Por outro lado, em 29 de Junho de 2016, tinha sido apresentada pela sua bancada, uma moção aprovada por unanimidade, onde dizia que era necessário fazer o que estivesse ao alcance dos eleitos, para garantir que os terrenos do Hospital da Flamengo se mantivessem na esfera pública, para que, naquele local, pudessem ser construídos equipamentos em falta, na FV. Tinham passado 3 anos, em relação ao Governo actual aos MS e do Património e até em relação à CM, a quem tinha sido dado, e durante um período, em direito de superfície, parte do imóvel, que mais tarde devolveu ao poder Central. As competências eram diferentes, em cada órgão, mas o equipamento estava no Concelho de VFX, e esperava da CM, uma atitude mais ativa, no sentido de ajudar a resolver e a melhorar aquele espaço. Havia aqui falta de vontade política, que quando se queria e quando se investia e dava valor às coisas, o dinheiro aparecia. Falavam em história e em património em muitos discursos, mas depois, estavam perante situações destas. Manter o edifício livre da especulação imobiliária, era muito importante, era um espaço onde seria possível criar situações para melhoria da saúde pública e bem localizado. Falou também da transferência da USF para o Ninho de Empresas, prevista desde o ano de 2012. Questionou, passados estes anos todos se não tinha havido tempo para ter sido construído um Centro de Saúde de raiz, com instalações maiores que permitisse aumentar o número de utentes e que não viesse a ser a falta de instalações o motivo, para que não pudessem receber mais utentes, na USF. Era a quarta mudança de instalações, Era muito importante, que os profissionais fossem ouvidos e as suas propostas fossem consideradas. Também o número de estacionamento não eram suficientes, para os profissionais e utentes. Sabia que a ideia era gastar pouco dinheiro, esquecendo a segurança e os estacionamento, mencionando o caso da Ampliação da área Técnica/Operacional dos Bombeiros de Vialonga. Em Vialonga existiam 800 utentes que estavam a ser atendidos no CS da Póvoa, porque não tinham médico de família. Era necessário aumentar o número de médicos, na USFV, que a ser transferido para o Ninho de Empresas, seria a forma de permitir, que estes 800 utentes, pudessem vir a ter cuidados de saúde, como era seu direito, na Freguesia onde residiam.

João Tremeço do PS cumprimentou todos os presentes, passou a ler uma Congratulação, sobre a Inauguração da Ampliação da área Técnica/Operacional do Quartel de Bombeiros da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vialonga.

Ângela Bordalo da CDU cumprimentou todos os presentes. Relativamente à recolha de monos, disse notar uma melhoria. Preocupava-a, o fato deste lixo estar a ser recolhido, muito à custa de força braçal, porque não era esse o objectivo. A recolha esteve suspensa porque se entendia que a grande maioria das Juntas não tinha meios humanos e materiais, para fazer este tipo de trabalho. A situação tinha sido desbloqueada, mas à custa do trabalho da JF e o dinheiro não compensava tudo. Questionou se a CM tinha proposto aqui, algum tipo de suporte ou de ajuda, a este tipo de função, no momento da transferência. O ponto de recolha, também era outro dos problemas, questionou se se mantinha o mesmo, ou não. Relativamente à USFV, sabia que já havia verbas para avançar com a obra, Com o estado das coisas em Portugal, preocupava-a mais a falta de médicos. Faltavam os profissionais, na área de medicina interna, saíam dos cursos, com a opção de entrada direta, na medicina privada. Seria bom que tivessem as novas instalações, mas também os profissionais. Neste seguimento e em relação ao Hospital de VFX, as pessoas eram operadas e depois de sair, nem sequer tinham uma consulta, pós operatória marcada, aguardavam uma carta para ver o ponto da sua situação. Era um modo de rentabilizar meios e dinheiro. Era a política do privado e mesmo com seguro de saúde, pagavam bem pela sua saúde.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

Bruno Cordeiro do PS disse que a USFV era uma USF de excelência, apesar de todas as dificuldades e ao nível das instalações. Disse que a USFV era a única considerada de nível b, no Concelho de Vila Franca de Xira, mais nenhuma tinha os parâmetros de qualidade e de indicadores, que lhes permitisse ter essa valorização. Era uma preocupação, tanto da bancada do PS na AFV, como no executivo Municipal, arranjar uma solução para aquilo que era o espaço actual, da USFV, que não reunia as condições de acessibilidade necessárias, para que houvesse uma prestação de cuidados de saúde de qualidade, para os utentes, que eram portadores de deficiência ou com mais dificuldades de mobilidade. O Ninho de Empresas, era um espaço Central na Freguesia e que estava desaproveitado. Tinha boas condições, tinha área e capacidade suficiente para albergar os serviços atuais dos cuidados de saúde primários da USF. Referiu que qualquer solução para a USFV, passava sempre por uma decisão da Administração Central, Ministério da Saúde e ARLSVT e pela disponibilização de verbas necessárias, para que houvesse uma solução, e só assim era possível efectuar a obra. Também pelo fato da CMVFXIRA, ter do ponto de vista financeiro, uma gestão financeira rigorosa, era possível antecipar-se à AC, avançar e protocolar com o MS, a edificação e a adaptação do edifício, para que pudesse integrar a USFV. No fundo, o que a CMVFXIRA, acabava de protocolar, era que, avançaria com essas obras necessárias e depois entretanto a AC e neste caso, o MS, reembolsaria o município, pelo investimento feito. Considerava ser uma solução adequada para servir os utentes, para que as questões de estacionamento e outras, pudessem ser resolvidas.

O **Sr. PJF** cumprimentou todos os presentes, respondeu que as Piscinas em Vialonga, era uma reivindicação muito antiga dos Vialonguenses, pois todos os dias os utentes se deslocavam para fora da Freguesia para frequentar as piscinas. Informou que os terrenos a serem cedidos, na Quinta da Flamengo, tinham sido substituídos pelos terrenos junto aos Poços Galegos. O **Sr. PCMVFX** informou que estava em processo de negociação, com o proprietário desse terreno, entidade bancária, no sentido de baixar o valor que estava a pedir, havendo uma outra alternativa, que eram os terrenos junto à Escola EB 23 de Vialonga. Iam de terreno em terreno. À força de tanto remediar ainda iam acabar nem que fosse num tanque. A população que tinha comprado as casas na Quinta da Flamengo e na Quinta das Índias sentiam-se ludibriadas, nada tinha a ver com a primeira maquete que lhes tinha sido apresentada, regalias que não teriam, noutras localidades. Toda a população de Vialonga continuava com esse sonho, que tardava na Freguesia. Relativamente à Estrada da Alfarrobeira, já havia a contabilizar alguns mortos, com o fluxo enorme de trânsito ligeiro e pesado. As pessoas que frequentavam a pé, este circuito, para irem para as empresas nesta zona, tinham de pular à pressa, para evitar graves acidentes de atropelamento. A situação de construção de um único passeio, desde a rotunda do Cabo até à rotunda da Verdinha de Baixo, já tinha sido apresentada à CMVFX e nas sessões da AM. Tinham dito que havia um estudo e logo que estivesse concluído, seria realizado. Se bem se lembravam, todas as bancadas presentes, aquando da reparação da Estrada do túnel, tinha sido manifestado algum descontentamento, porque esta estrada só tinha passeio do lado da Póvoa, do lado de Vialonga apenas havia um passeio, que tinha sido feito pela JF, com umas lajetas. Tinha resolvido em parte, a situação, mas não era a solução para esta situação tão grave. Também a CMVFX estava a fazer aqui um esforço, no sentido de que conseguisse chegar a um acordo com o proprietários, para que fosse possível, também no lado de Vialonga, fazer um passeio igual ao do lado da Freguesia da Póvoa. Informou que não tinha sido a JF a enviar os Convites para a Inauguração da Ampliação da Área Técnica dos Bombeiros Voluntários de Vialonga, mas sim a CM, que enviou às instituições, PJFV, PAFV, foi apenas dirigido ao PJF, os membros do executivo estiveram ausentes, porque não tinham recebido convite. Relativamente às ervas nos passeios, podiam combater esta situação por sistema químico ou com máquinas especiais de águas a vapor, mas esta última solução era muito cara. Com ervas sempre a crescer nos passeios e com o quadro de pessoal que tinha actualmente,

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

faziam a varrição ocupando o tempo com isso, tornando-se mais difícil em época de verão, com as férias do pessoal. Já tinha sido debatido este assunto em sessões da AM por eleitos das Freguesias, no sentido do município equipar as JF, com meios apropriados, para fazerem este trabalho. Algumas CMs do país já tinham recorrido à compra de maquinaria para combater as ervas nos passeios. Informou que passeios e desmatção na Fonte Santa, tinha deixado de ser da responsabilidade da JF, embora o fosse, no mandato anterior. Recebiam por isso, cerca de 3 mil euros, para fazer toda a limpeza e desmatção da Fonte Santa. A obrigação da JF era então, fazer a limpeza 3 vezes por ano e por este valor proposto, não era possível. Por causa de algumas confusões e dúvidas dos moradores quanto às responsabilidades, pediu uma reunião com os responsáveis e todos tinham chegado a acordo, que afinal a JFV não tinha culpa nenhuma e passado uma semana a CM tinha feito a limpeza e desmatção, a serem feitas 3 vezes por ano. Tapetes e passadeiras junto à Ampliação da Área Técnica dos Bombeiros de Vialonga, era uma situação que também já tinha sido colocada à CM. Em relação à Quinta da Flamengo e Quinta das Índias, as lombas ainda não tinham sido feitas, porque faltava aplicar a segunda camada de alcatrão, pela CMVFX. Só depois da segunda aplicação do tapete e só aí, fazia sentido a pintura de passadeiras e pinturas de estacionamento. No entanto esta promessa estava a tardar, continuava a aguardar. A JFV não tinha tido qualquer intervenção nas que foram feitas pela CMVFX junto à ampliação da Área Técnica dos Bombeiros Voluntários de Vialonga. A responsabilidade da JFV era depois da CM fazer uma passadeira e ser descentralizada para a JFV, fazer a sua manutenção, com a respectiva pintura. Assim como novos estacionamento, apenas tinham a responsabilidade de fazer a remarcação da pintura. Sobre o buraco no asfalto da Rua Melo Antunes, este era da responsabilidade dos SMAS, mas iria ver no local e comunicar aos serviços esta situação. Sobre as caixas a céu aberto na Mata do Paraíso, afirmou ser verdade, era uma urbanização que não tinha avançado, não era a única, acontecia o mesmo por cima da Maranhota, já tinha alertado o município para este fato e o perigo que existia nestas urbanizações inacabadas, porque as tampas eram de ferro e tudo o que era ferro, tinha sido roubado. De futuro iriam apostar em tampas de fibrocimento. Na quinta da Maranhota havia buracos com cerca de 4 metros de profundidade, o perigo de lá cair uma pessoa, podia levá-la a morte e ninguém a ouvia gritar. Sobre a recolha de monos disse que a eleita da bancada do CDS não estaria a fazer uma leitura correta, pois se fosse percorrer todas as ruas de Vialonga, antes desta data, verificava que em todas elas, onde houvesse contentores do lixo e ilhas ecológicas, lá estava também um monte de monos. Actualmente, nestas zonas de Vialonga, esta situação tinha melhorado, a recolha estava a ser feita pelos trabalhadores da JFV, à força de braços, que bastante o preocupava e tinha levantado essa dificuldade em reunião de CM e AM. A JFV recebia 1.535 € pela recolha dos monos. Muitas JF, como Alverca e Alhandra, já tinham desistido, possivelmente a JFV também iria desistir. Desta forma, também não sabia, se iria conseguir, já tendo alertado o Sr. PCMVFX, que os contentores que estavam na Póvoa deviam ter pelo menos, umas rampas para que a camioneta subisse e baldasse para cima do contentor. Os monos eram muito pesados e nos meses de Junho e de Dezembro, as pessoas aproveitavam esta ocasião, com os subsídios de férias e natal, fazerem compras e substituir mobílias e electrodomésticos, apesar de muitas vezes durante a noite, o ferro-velho levar tudo o que era ferro. Dava os parabéns aos funcionários da JFV, pelo trabalho magnífico que estavam a fazer, em toda a Freguesia, com uma longa listagem de monos para recolher. Teve o cuidado antes do dia 6 de Junho, de enviar para a CM, cerca de 26 fotografias de locais de Vialonga, onde existiam monos, encheram uma quantidade de camionetas. Também tinham sido muito criticados, na AF, quanto à manutenção de parques infantis e estranhava hoje, que nenhuma bancada falasse de parques infantis. Havia um ano que não era apertado um único parafuso, nos parques infantis de Vialonga, estavam completamente todos ao abandono. O PS, que tanto criticava a JFV, quando

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

o executivo recebia 1,500 € por mês, para fazer a manutenção de 13 parques infantis, 6 campos de jogos, que o dinheiro chegava perfeitamente. Hoje era reconhecido pelo Sr. PCMVFX, que tinha levado à AM um gasto de 240.000 €, e preparava-se para gastar 600.000 €. Quanto à JF recebia uma verba de 18.000 € por ano e pedia à bancada do PS, que trouxesse à próxima Sessão da AF os valores que foram apresentados, em sessão de AM, para aprovação da verba, só para fiscalizar e ver em que estado se encontravam os parques Infantis, quantos eram e fazer esse levantamento. Quanto a si sabia e dizia ao eleito que andava perto dos 240.000 €. Quanto aos monos, disse ao Sr. PCMVFX, que era impossível a JFV conseguir com 1.500 €, fazer tudo o que era preciso. Todas as JF concordaram que não valia a pena, ter essa competência. O Sr. PCMVFX chamou a si esta responsabilidade e veio a dar razão às JF, quanto à verba insuficiente, que era transferida da CM, para as JF, para manter os parques infantis em condições. Em relação aos monos tinham a mesma situação, a camioneta que tinha adquirido, não tinha gancho, agora iam comprar uma viatura pesada. Às vezes, quando as bancadas o criticavam, que no início do ano havia pouco dinheiro, para investimento, dizia que era verdade e porque iam gastar daquilo que havia de ser para investimentos, iam adquirir e tinham lançado o concurso para uma viatura, que rondava os 40.000 €. A CM não lhes dava a viatura, iriam adquirir uma, porque precisavam muito, iriam tirar a verba áquilo que era, se calhar, para fazer um jardim, reparações. Havia CMs próximas, que ofereciam maquinaria para as JF e ofereciam 3.000 € por mês. De fato estavam a ponderar dizer que não, porque era impossível fazer o trabalho, com o valor, que recebia. Se a Câmara conseguisse fazer esse trabalho com 1.500 €, então que o fizesse. Quanto às obras da Rua 25 de Abril, como a estrada estava fechada, não havia outra alternativa, senão subir pela Rua Calouste Gulbenkian (GNR) e descer a Rua João de Deus. O Sr. Lucas Machado deixava circular os carros na estrada de terra batida, a sinalização tinha sido feita entre os técnicos da CM e o empreiteiro, no sentido de encontrar uma conjugação melhor, para a circulação. A única coisa que a CM pediu à JF, tinha sido, embora não fosse da sua competência, fazer a pintura dos estacionamento, em espinha. Quanto à mesa de voto em Santa Eulália, o que tinha ficado decidido e dito, na última sessão de AF era que, em ano de eleições, era impossível fazer esta ação, por não ser aconselhável. Esta situação seria contemplada no ano em que não houvesse eleições, tão próximas. estava em ata.

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO -----

O Sr. **PMAF**, registando-se a presença de público, questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado, que fizesse expressa menção se não quisesse que fosse feita a gravação de imagens.

Inscreveu-se o cidadão José Luis Rocha que queria obter uma informação acerca da inauguração da Ampliação da área Técnica dos Bombeiros Voluntários de Vialonga e por tudo o que tinha sido exposto, pela Bancada do PS, apesar de ser verdade o que tinham dito, havia duas situações incorrectas: A obra tinha custado 541.000 €, o Município tinha participado, com 213.000 €, ao dia 16 de Junho de 2019, os 72.000 € que tinham sido concedidos, pelo OP, ainda não tinham sido entregues aos Bombeiros, bem como os 130.000 €. Disse existir uma promessa desde o início, que era de 150.000 €, foi reduzido para 130.000 €. O Sr. PCMVFX, teria dito em reunião de Câmara, que só os reembolsava, quando os Bombeiros deitassem abaixo o barracão. Antes da inauguração, e sem terem espaço onde meter os materiais e veículos, não podiam deitar abaixo o barracão, não receberam por isso os 130 mil euros. Tinham assumido também um compromisso, estavam a pagar 756 € mensais pelos 130.000 €, pedido de empréstimo à banca. Os Bombeiros estavam de parabéns, pelo novo espaço. Os Convites tinham sido enviados em nome do Sr. PCMVFX, portanto a AHBVV, não tinha tido o direito de convidar, para sua casa, os seus convidados.

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

O Sr. **PMAF** lembrou que a intervenção do público tinha um fim, claro e definido por lei, e só por este motivo, tinha sido tolerante, com esta intervenção, tendo em conta que, era uma temática bastante pertinente, tinha uma interpelação da mesa, a pedido da bancada do PS. Tendo em conta, se o permitissem usar da palavra, a questão que tinha sido levantada sobre os convites e se as bancadas não tivessem nada a opor, em situações análogas, no futuro e uma vez que tinha ficado claro, que não houve essa intenção, pelo menos da parte do executivo da JF, de futuro, situações idênticas em que fosse convidado, na condição de PAF e se considerar oportuno, faria chegar o mesmo convite a todas as bancadas, assumiria essa responsabilidade, enquanto PAF, parecia-lhe de mais justiça que de futuro estivessem representadas, todas as forças partidárias desta Freguesia e uma vez que o executivo não o tinha feito, assumiria essa responsabilidade de fazer, em situações futuras parecidas ou idênticas a esta e que de fato fosse uma mais valia, para esta Freguesia. Posto este esclarecimento e uma vez que não havia mais nenhuma intervenção do público e voltando à precedência da interpelação à mesa, deu a palavra ao eleito.

Bruno Cordeiro do PS pediu uma interpelação à mesa, porque a bancada do PS, também tinha sido interpelada, pela própria Direção da AHBVV, a quem cumprimentava e congratulava a direcção presente, pela abertura deste equipamento, tão necessário para a Freguesia. Disse que regimentalmente o público dirigia-se directamente ao Sr. PJF, colocando questões de interesse para a Freguesia, tendo sido interpelados, também era nessa condição, que estava a dar esse esclarecimento. Da parte da bancada do PS, disse, aquilo que tinha conhecimento, era que relativamente às verbas do OP e o Sr. Presidente da Direção da AHBVV, também acompanhava os procedimentos do OP, que noutros projetos também os próprios financiamentos demoravam algum tempo, poderia ser imediato, mas efectivamente havia uma verba que tinha sido concedida e que ia ser paga, à AHBVV. Até ao momento, quanto ao procedimento do OP, relativamente ao pagamento daquela verba, ainda não tinha sido concluída, ou seja, estava concluída, porque tinha sido aprovada a liquidação do valor.

O cidadão José Luis Rocha, Presidente da Direção da AHBVV informou que esse valor já tinha sido pago, após o dia 16 de Julho.

Bruno Cordeiro do PS pediu então que essa informação fosse corrigida e repostada essa realidade, porque a ideia que tinha ficado, era que ainda não tinha sido liquidado esse valor, Quanto ao compromisso da CM, da parte da bancada do PS, não havia qualquer dúvida relativamente à assunção do mesmo compromisso, até porque sabiam que havia essa negociação, por causa do barracão, para que aquele espaço da freguesia pudesse ter uma outra utilização, até do ponto de vista da circulação das pessoas e de bens. Relembra e a Direção dos Bombeiros sabia também, que quer da parte do executivo da CM, quer até da parte do PS, tinha havido um grande empenho a vários níveis, também da AR, para que o quartel dos Bombeiros de Vialonga fosse uma realidade e os Vialonguenses estavam de parabéns.

O Sr. **PMAF** reiterando o cumprimento do enquadramento legal, porque estavam no período antes da ordem do dia, que já tinha terminado, a intervenção do público, da informação obtida não havia mais inscrições, mas ainda no âmbito das interpelações sobre a temática, deu a palavra ao eleito.

Paulo Basílio da CDU disse que perante aquilo a que se tinha assistido, tinha sido precisamente contra isto, que a CDU tinha votado neste actual regimento. Não via mal, em que as pessoas participassem, discutissem os assuntos que eram discutidos e apresentados na Assembleia. O actual regimento, que a CDU tinha votado contra, proibia precisamente este tipo de atitudes, ou seja, não podiam interpretar o regimento quando lhes interessava e criar diálogo, participação política, esclarecimentos, dependendo da vontade de cada um, depois na prática cumpria-se ou não se cumpria. Chamava a atenção para a incongruência daquilo que aqui tinha

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

acabado de assistir. O regimento proibia, a CDU tinha votado contra essa disposição, das demais bancadas, queriam impedir o público de participar na discussão dos assuntos em causa, estava lá, não tinham inventado. Convinha saber e reafirmava, a CDU tinha votado contra, porque não queria que ninguém deixasse de ter a sua opinião.

O **Sr. PMAF** disse que a intervenção do público estava petrificada na lei, não advinha do Regimento, como todos sabiam e se lhe cabia a si esclarecer, não existia em Freguesia alguma, a possibilidade de no Regimento haver algo que não decorresse da própria lei do enquadramento para as autarquias locais, estava claramente definido em que moldes o público deveria intervir, em que situação deveria de o fazer e como era feita efectivamente a coordenação dos trabalhos. Tomava boa nota e registava a razão pela qual a CDU tinha votado contra o actual Regimento. No que dizia respeito a esta posição, também tinha sido claro, qual a votação que aqui tinha existido. O Regimento estava actualmente aprovado pela maioria dos presentes, para que, de fato recordar que existiam meios próprios, para que existisse um debate com a população, não era na AF, que efectivamente não servia esse propósito, caso contrário, em vez de estarem perante uma AF, estavam perante uma Assembleia popular e não era esse o propósito deste órgão. Se ainda assim, existirem temáticas que vissem de maior relevância para a Freguesia, qualquer bancada presente, podia sempre solicitar sessões extraordinárias, para abordar o tema, que porventura achar mais conveniente e aí sim, podiam discutir o tema que quisessem. Reiterava a intervenção do público, servia para fazer questões ao Presidente do Executivo, ainda assim, considerando a temática que abordavam, entendeu a mesa ser tolerante com a intervenção do Sr. José Luis Rocha, porque achavam que era de todo esclarecedora, face ao assunto. Posto isto, o que se tinha seguido advia daquilo que a própria lei previa, que era a interpelação à mesa, que podia ser solicitada por qualquer bancada, em qualquer momento e sobre qualquer questão, que achasse pertinente, cabendo à mesa, fazer essa análise e se porventura existisse algum reparo na coordenação dos trabalhos, estava disponível a acatar. No que dizia respeito ao Regimento reiterava que ia de encontro aquilo que estava previsto no enquadramento legal, na lei 75/2013, previa que assim fosse, não era uma invenção, nem desta mesa da Assembleia nem desta Assembleia, era apenas e só decorrente do enquadramento legal actualmente vigente.

Paulo Basílio da CDU, disse que teriam de discutir novamente o Regimento.

O **Sr. PMAF** disse que reiterava a disponibilidade total da MAF, para registar qualquer intenção da revisão do Regimento. Como todos os eleitos sabiam, existiam votações que depois eram expressas naquilo que e decorria no processo de democracia, que todos defendiam, precisamente em coerência com a votação feita nesta mesma sala, que todas as pessoas que participaram na Comissão Permanente tinham deixado bem claro os seus pontos e tinham votado em conformidade. Tinha havido algumas alterações e existia uma votação. Existia nesta AF, um Regimento que previa ou possibilitava e que dificultava outro tipo de expediente, também não era certo, porque reiterava, a lei de enquadramento, a lei 75/2013 e nenhum Regimento de alguma Freguesia não podia ir, nem a menos nem a mais, do aquilo que previa a lei de enquadramento. Questionou se havia mais alguma interpelação a esta temática, não havendo nenhuma.

O **Sr. PJF** respondeu relativamente à falta de transportes na FV, em alguns horários e em algumas localidades, nomeadamente na Verdelha do Ruivo, na Granja, Alpriate, Fonte Santa, em que os transportes eram poucos e em determinadas horas do dia, não existiam. Disse ser um assunto em que competia à JF, ser porta voz dos seus eleitos, mas competindo a todos, nos respectivos órgãos, em reuniões de CM e em AMs, levantarem esta preocupação, de alertar e chamar a atenção dos responsáveis. Em resposta o **Sr. PCMVFX**, disse que também tinha vindo a levantar essas situações nas reuniões que tinha tido com a Comissão da AML e manifestado a sua preocupação não sendo atendido, naquilo que seria uma solução para o Concelho de VFX. Em

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

relação ao Casal do Bagulho, disse não saber o que se passava, desconhecia a Comissão e a respectiva O.T., iria tentar saber mais sobre o assunto. Relativamente à situação sobre o sinal, no cruzamento da saída da Quinta da Maranhota, para a Rua do Olival Santo, informou ter no local um sinal e um espelho, ao que a eleita confirmou estar desviado e sem visibilidade. Iria averiguar no local e reparar a situação. Em relação à lombada na Rua do Olival Santo, tinha tido várias conversações com a CM, onde expôs o assunto, que aceitou o seu pedido e solicitou um parecer à JFV, que informou do seu parecer positivo e agora estava a aguardar, dado que esta era uma área da competência da CM. Relativamente ao apoio para famílias carenciadas, disse haver um gabinete de apoio ao Atendimento Social Integrado, que funcionava na JFV, onde todas as pessoas eram atendidas, pelas técnicas respectivas, após marcação, encaminhavam as pessoas de acordo com os assuntos apresentados. Esclareceu que não era possível, um comerciante pagar uma dívida pelo incumprimento da taxa da publicidade, em leite para os bebés, dado estar estipulado por lei e haver um regulamento. Informou que o próprio gabinete de apoio ASI tinha resposta para estes assuntos. Relativamente ao Hospital da Flamengo era pena que este equipamento tivesse chegado à degradação em que se encontrava, riquíssimo pelo seu património e também pelo trabalho que desenvolveu na FV, como Hospital de retaguarda, e não tivesse sido aproveitado para um Lar de Idosos, uma ocupação mais digna sem estar à mercê do vandalismo. A Capela que tinha um valor patrimonial riquíssimo, em azulejos, já tinha desaparecido. Relativamente à USFV não tinha dúvidas que a mudança das instalações iria melhorar a qualidade dos serviços prestados aos utentes. Quando o CS funcionava na Quinta da D. Cândida e tinha mudado para o espaço onde funcionava actualmente, também tinha mudado para um espaço melhor, com alguma deficiência quanto ao acesso, por falta de transporte ao local. Os idosos tinham dificuldade no acesso a pé, por não haver autocarro e muitas vezes sem o apoio de familiares. Reconhecia o trabalho, brilhante, que tinha sido feito, no Concelho de VFX. A deficiência existia quando um médico acabava as suas funções e os doentes tinham que ser distribuídos por outros médicos, causando algum transtorno. Não era um problema só da FV, mas sim um problema a nível nacional, com a falta de médicos nos CS, mas aguardavam o seu recrutamento. Informou que o combustível utilizado no equipamento a adquirir, era Diesel. Sobre a rampa na Rua Melo Antunes, era uma obra dos SMAS, derivado a uma rotura. Disse também que tinha encerrado as inscrições para o concurso para Assistente Operacional, havendo 12 candidatos, seguindo depois os trâmites legais, orientados por uma Empresa e dessa avaliação seriam admitidas 4 pessoas, com contrato a termo certo, por três anos. Sempre que a JF pudesse, desempenhava também essa função, apoiando os cidadãos na elaboração de um currículo vitae ou outro documento.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE 1 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2019

O Sr. PMAF passou de imediato a palavra ao Sr. PJFV para fazer a introdução do ponto.

O Sr. PJF disse que todos os eleitos tinham em seu poder os documentos e o ponto da situação, sobre os trabalhos realizados, assim como todas as iniciativas realizadas nesse período. Contando ainda com a colaboração e a ajuda a um grupo de jovens que se tinham unido e feito a limpeza do Rio Trancão. Informou que na área financeira tinha a situação equilibrada. Em termos de descentralização de competências, explicou porque tinham um saldo a desfavor, até ao dia 30 de Maio já tinham gasto 51% desse dinheiro, deveriam ter atingido esta verba, mais para o mês de Julho, no entanto face às desmatagens, a reparação dos espaços verdes e a todo um conjunto de situações que estavam obrigados a fazer e que os eleitos traziam à Assembleia e às solicitações dos Fregueses, sendo da responsabilidade da Junta, já tinham um gasto. Tinham sido referenciados pelo Sr. PCMVFX, pela transparência e justificação de todos os gastos, portanto, deixava aqui esta

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

chamada de atenção, pois já iam nos 51.26% em relação aos acordos de execução e interadministrativos. Em relação às receitas, tinham as contas equilibradas, assim como à execução. Estava receptivo para o esclarecimento de dúvidas. Não houve intervenções.

----- PONTO DOIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PREVISTA NA LEI DOS COMPROMISSOS -----

O Sr. PMAF passou de imediato a palavra ao Sr. PJFV para fazer a introdução do ponto.

O Sr. PJF disse que era o mesmo ponto que tinha levado à anterior Assembleia, e voltava porque as bancadas acharam que a JF deveria de fazer um levantamento, no sentido de baixar este valor. O documento foi entregue a cada bancada, baixando a proposta para um valor de 75.000 €, para gastar nas seguintes rubricas: Rubrica com a Companhia de Seguros Fidelidade - Medicina no Trabalho - EDP - Programas de apoio informático e Assistência Técnica - Assistência Técnica aos aparelhos de ar condicionado, Assistência Técnica à fotocopiadora - Meo - (telefones fixos e telemóveis) - fornecimento de águas - Seguritas Direct - (sistemas de segurança) - Assistência técnica a duplicadora - Empresa de Limpezas - Oficial técnico de Contabilidade - Consultadoria Jurídica - Acessoria administrativa aos Recursos Humanos, sistema de protecção de dados e inventário, contabilidade - Intervialonga - com a Aquisição de Gasóleo (protocolo com o Intermarché) – SMAS. Eram os compromissos a que não podia fugir e rondava os 75.000 €. Apelava à compreensão dos eleitos, na análise que fizessem e vissem se havia alguma empresa com quem tivesse necessidade de prescindir, concluindo, quanto a si, que era impossível.

Bruno Cordeiro do PS disse que no mandato anterior, a Autorização Prévia Genérica, nunca tinha sido suscitada e não tinha sido colocada à discussão, em AF. Na CM, essa proposta tinha sido colocada, no mandato passado e não tinha sido aprovada. Na última sessão da AF tinha dito que deveria ter sido feito um levantamento exaustivo das necessidades da JF, do ponto de vista de contratação pública. No âmbito da lei dos compromissos, o que tinham dito, era que tinham considerado colocar o valor máximo, tendo em conta aquilo que era a realidade de uma JF, com um orçamento mais reduzido e este limite máximo, tinha algum impacto, daquilo que eram as opções feitas pelo executivo da JF e que não passariam pela AF, em termos de votação. Diferia a qualquer CM, tendo em conta a quantidade de contratações públicas que fazia, para não sobrecarregar as AMs com esses pontos específicos e tendo em conta que a grande esmagadora maioria de aquisições, em sede de contratação pública, que fazia, eram superiores, questão que tinha sido ultrapassada neste mandato. Tinham reservas e explicou que este documento, que era útil, deveria ter sido remetido aquando da entrega dos documentos, para a própria preparação da AF. Aquilo que a lei previa, era que qualquer contratação pública, no âmbito de qualquer fornecimento de bens ou serviços e estavam a falar de outro tipo de contratações públicas, que cabiam neste âmbito e isso podia acontecer para futuro e portanto nesse âmbito, lamentando o fato de só ter tido conhecimento deste documento agora e por outro lado, seria interessante também, que este documento viesse acompanhado dos valores respectivos, para cada uma das contratações. Disse que essa informação não existia e não conseguiam avaliar em concreto. Não estavam a duvidar da boa fé do executivo da JF, mas não conseguiam perceber a relação entre os valores dos 75.000 €, porque até esse valor, não passava pela AF, qualquer procedimento, não era o conjunto dos procedimentos, era o que a lei previa. Era a possibilidade de dar uma espécie de cheque em branco, para o limite máximo deste valor. Tendo em conta este contexto, a bancada do PS, de uma forma clara, não podia estar de acordo e não ia votar favoravelmente, porque considerava que a informação que era prestada não tinha sido postada da forma correta, a sua bancada não tinha tido a possibilidade de analisar, em concreto, se havia realmente uma correlação entre o valor que estava a ser proposto, para ser autorizado, no âmbito de uma

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

autorização prévia genérica e as contratações específicas, pois não havia qualquer acompanhamento, relativamente ao valor para cada uma das contratações.

O **Sr. PJF** disse que, nem que o executivo apresentasse o valor de 20.000 €, a tomada de posição da bancada do PS seria igual, portanto era irrelevante. A CM não tinha levado o documento, com a apresentação de um texto, com o valor dos 99.000 €, tendo sido aprovado por todas as bancadas na AM. Questionava, se o **Sr. PCM** tinha apresentado o nome das empresas, com quem tinha fechado os contratos, concluindo que não. O executivo da JFV tinha ido mais além, tinha trazido este documento à AF, para também permitir aos eleitos o conhecimento de quais as empresas, com quem trabalhava, com transparência, que estavam bem identificadas. Questionava se havia aqui alguma empresa, que lhes suscitasse alguma dúvida, a lei permitia levar o valor até aos 99.000 €. Tinham feito uma avaliação dos gastos com estas empresas, se baixassem o valor teriam de rescindir o contrato com alguma delas. Eram criticados por serem claros. Tinha sido solicitado na última sessão da AF e era esta a proposta que tinha com o valor de 75.000 € e tinha a indicação expressa, de todas as empresas. Tinham feito a análise e estas eram as empresas que iriam fazer o mandato todo, mas o PS mesmo assim, entendia que não era favorável. Cada um votaria de acordo com a sua consciência.

A **1ª SMAF** passou a palavra ao eleito **Fábio Mousinho**, na condição de membro da Coligação Mais (C+).

Fábio Mousinho da C+ disse ter tomado boa nota dos esclarecimentos que tinha feito. Quis deixar bem claro que, por vezes, no que dizia respeito à sua bancada, não era que achassem que aqui houvesse alguma coisa mais obscura. Recordava qual a função deste órgão, servindo para fiscalizar a documentação, que lhes era entregue e se porventura, achassem que a documentação não ia de encontro aquilo que, para os eleitos, era claro, interpelá-lo nesse sentido. E era única e exclusivamente nesta condição, que tinha optado por intervir. Dizia que o documento, que agora era entregue, lhe parecia bastante pertinente, teria sido muito útil, se tivesse sido enviado atempadamente, para que esta análise pudesse ter sido feita. Disse que o executivo tinha achado por bem, trazer a esta AF, mas fazê-lo acompanhar com os valores, para que, no mínimo, pudessem ver se estas rubricas preenchiam ou não, o valor dos 75.000 €, se iria passar esse valor, ou não. No documento que lhes tinha sido entregue, indo ao encontro do que o **Sr. PJFV** tinha acabado de mencionar, que o documento Autorização Prévia Genérica, que passou a ler o ponto 3, que era claro e queria o mesmo dizer que era toda e qualquer assunção, não só única e exclusivamente as que aqui tinha trazido. A questão aqui não tinha que ver se iria para além do que era necessário, se havia alguma questão obscura, a questão aqui era, qualquer assunção, depreendia quanto a si, se calhar, não tinha compreendido bem e pretendia um melhor esclarecimento, se entregue este documento, para trazer a esta assembleia, a dizer que os únicos compromissos assumidos, que iriam deliberar aqui, eram aqueles que estavam versados nesta tabela, era uma coisa, entregar simultaneamente um documento que pedia que a Assembleia votasse, qualquer e toda a assunção de compromissos, desde Janeiro para a frente, era outra coisa. Enquanto eleito, não tinha ficado claro para si, mas então gostaria que o Sr. PJF esclarecesse, se estavam a falar de qualquer assunção feita pelo executivo, ou estavam a falar única e exclusivamente das assunções, que já tinham iniciado e que constavam desta tabela e era necessário para fazer a reflexão devida, na votação que faria, em conformidade aquilo que era o entendimento da sua bancada.

O **Sr. PJF** respondeu que estavam a falar da Autorização Prévia Genérica, ou seja, eram todas aquelas autorizações em que a JFV tinha, ao celebrar um contrato no presente ano, este seria por mais do que um ano, eram só essas, por isso apresentava a listagem. O presente mandato tinha feito um contrato com a companhia de Seguros Fidelidade, não tinha dúvidas nenhuma que

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

o presente mandato, iria até ao fim com a mesma companhia de Seguros, a não ser que a JFV trouxesse à AF uma situação muito complicada, que obrigasse a rescisão do contrato. Tal como a EDP Comercial e todo o resto, neste mandato e porque eram contratos que iam para além de um ano, contratos plurianuais e os que existiam eram estes, mais nenhuns.

Paulo Basílio da CDU pegando no texto da proposta, que era o que estava a ser discutido, só queria chamar a atenção para o seu ponto nº4 que que passou a ler. Achava que as responsabilidades estavam aqui bem delineadas, ou seja, a partir do momento em que fosse aprovado, sabiam o que competia ao Executivo, no que dizia respeito a este Órgão, que era a AF. Da parte da CDU, não viam esse problema e se era verdade, que a partir de agora, iam ter este método de trabalho, também passava a ser verdade que a responsabilidade do executivo, em relação a estes assuntos, também se tornava diferente e que a informação que era no fundo, o que estava aqui em causa, seria de certeza esclarecida e todos os presentes em questão, iriam ouvir da parte do executivo, o que teriam a dizer sobre esta matéria. Cada uma das bancadas iria decidir se o valor que estava em causa, era ou não, bem negociado.

Bruno Cordeiro do PS disse acreditar que o **Sr. PJF**, não tinha compreendido bem a intervenção da bancada do PS. Não era sério e correto dizer que, independentemente do valor que fosse ou da documentação que remetesse, a tomada de posição da bancada do PS seria a mesma. Enquanto partido de oposição, cabia-lhes, no âmbito da AF, ter o papel de fiscalização. O que o Sr. PJF acabava de dizer, não correspondia aquilo que resultava da lei dos compromissos, porque quando falavam em qualquer assunção de compromisso e não eram só estes que aqui estavam, podia ser qualquer um que fosse assumido, até final do mandato. Que a JFV entendesse e era isso que estava na lei, fazer posteriormente, um compromisso plurianual, que resultasse das grandes opções do plano, já para o ano de 2020 e que contemplasse o ano de 2020/2021, isto era um compromisso plurianual e era um novo compromisso. Dizer que os compromissos eram todos aqueles, que estavam aqui elencados na lista, não era a mesma coisa e a autorização que estavam a falar era uma autorização que abrangia tudo, disse, era para qualquer compromisso. A documentação estava remetida, em cima da hora e não havia uma correlação entre o valor e as contratações específicas, que eram feitas no âmbito do fornecimento de bens e serviços. Eram contratações específicas, que eram necessárias, aquilo que em seu entender e porque se lembrava que o Sr. PJF na última sessão da AF e possivelmente ainda não teria feito esse levantamento, tinha referido que achava que esta autorização prévia genérica até podia nem ser superior a 30.000 €. Do que estavam a falar até era de um valor bastante superior e os 75.000 €, não era para o conjunto dos procedimentos, era para qualquer um procedimento. Leu o ponto nº 4 do referido documento. Além de ser uma lógica posterior, aquilo que dava informação, não se submetia. A AF podia ter interesse em determinado tipo de contratações específicas e aprová-los, a questão que estava no ponto 4, era uma mera informação, que não tinha nada a ver com as questões específicas e com determinados tipos de contratações, serem aprovados pela AF. Achava ser necessário consultar a lei e ver o que ela preconizava.

O **Sr. PJF** questionou perante tantas interrogações, porque é que as mesmas dúvidas, não tinham sido colocadas também, em AM, ao **Sr. PCMVFX**, o que é que tinha de diferente, em relação à CM, seria porque a CM tinha 100 milhões de euros para gastar e quanto a si, JFV tinha apenas 800.000 €, só se fosse essa dúvida, disse.

Bruno Cordeiro do PS disse que a resposta seria simples, era perguntar à bancada da CDU, porque nunca tinha aprovado esse tipo de procedimento e qual tinha sido o argumentário que tinha utilizado, para ser contra. Devolvia-lhe a pergunta. A realidade de uma CM que tinha várias centenas de procedimentos de contratação, que eram lançados numa lógica de grande periodicidade, não era a mesma, como a de uma JF, até o orçamento era completamente

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

diferente. A lei era igual para todos, não podiam comparar aquilo que não era igual, eram realidades distintas. Devolvia-lhe a lógica, quando houvesse e esse tinha sido o pedido que tinha sido feito, não só pela bancada do PS, mas pelas demais bancadas, eram os documentos todos na altura devida, para serem analisados e com justificações. Com as explicações que eram dadas não conseguia encontrar justificações, para aquilo que o Sr. PJF dizia.

Não havendo mais inscrições o Sr. PMAF colocou o **segundo ponto da ordem do dia, (Autorização Prévia Genérica, prevista na lei dos compromissos)**, à votação, tendo sido **chumbada por maioria, com seis votos a favor da bancada da CDU, sete votos contra das bancadas do PS; BE e C+.**

---- PONTO TRÊS – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – DEC-LEI Nº 57/2019 DE 30 DE ABRIL ----

O Sr. PMAF passou a palavra ao Sr. PJF para apresentação deste ponto, dizendo que vinha também no seguimento de uma apresentação feita pelo executivo da JF, relativamente à descentralização de competências. Se na votação anterior havia dúvidas, na falta de transparência assinalada, pensava que este ponto iria ser votado por unanimidade, dado que aqui o problema era a falta de transparência, relativamente às competências e ao seu apoio financeiro, havia uma lei que era a 50/2018, que conferia uma descentralização de competências do Poder Central para as JF, mas que até à presente data, também debatida na AR, analisada pelo Sr. PR, que colocou algumas dúvidas, não sabiam com que valores financeiros iriam trabalhar. Sabia que, aqui, tinha alguma dificuldade em assumir competências e compromissos, com a população, sem saber quais eram as verbas que iria ter, para realizar esse trabalho. O que o executivo da JF trazia era uma proposta, dizendo que, enquanto não houvesse um esclarecimento financeiro, relativamente às transferências e às competências, que iriam ser delegadas na JF, não deviam de aceitar.

Célia Duarte do CDS-PP disse ter umas considerações a fazer. Sobre esta proposta estavam de novo a falar sobre o mesmo tema, que tinha levado a CDU a convocar uma AF extraordinária, a 13 de Setembro de 2018, para discussão da lei 50/2018, relativamente à transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais. Em alguns pontos, iria repetir o que na altura tinha dito. Estavam em tempo de eleições e havia a necessidade da CDU e do PCP se descolarem do apoio que deram ao Governo, nestes 4 anos de legislatura, votando sempre os orçamentos de estado, mas como não se podia montar dois cavalos ao mesmo tempo, neste caso, não podiam votar 4 orçamentos de estado consecutivos, com o PS dentro do parlamento e cá fora fingir que não se passava nada. Sobre essa matéria disse, nessa sessão de AF de 13 de Setembro, que na transferência de competências para as autarquias locais, principalmente sobre o envelope financeiro, que iria acompanhar essas transferências. O PCP já deveria ter conhecimento, porque era público, que estavam em negociação com o Governo à aproximação do orçamento de estado, seria por ter esse conhecimento, que a CDU e o PCP colocava esta rejeição de transferências, questionava. Mas se era assim tão gravoso, não concordavam, podiam votar contra o próximo orçamento de estado. Como era público, todos conheciam, como votar os orçamentos de estado, por isso o que tinha dito àquela data, mantinha-se actual. No entanto em relação a este documento em apreciação, registava algumas contradições, em 2018 a JF tinha aceitado a maior parte das competências transferidas, por acordo de execução com a CMVFX, ou seja, as mesmas competências que nesta proposta agora apresentada pela CDU, queria rejeitar em pacote, naquilo que lhes parecia ser de âmbito nacional do PCP e quando dizia que tinha aceitado a maior parte das transferências de competência, só tinham rejeitado a manutenção de polidesportivos, espaços de jogos, por não terem condições humanas e técnicas para tal e até achava compreensível que assim fosse e logo no primeiro ano de tais transferências. As desmatações também, mas neste ponto, recordava-se que, aquando da transferência financeira da CMVFX tinha vindo uma verba

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

extra, para investimento e nessa altura o **Sr. PJFV**, tinha dito em AF, que a ia utilizar na aquisição de um trator, para fazer algumas desmatações em locais específicos, se o tinha feito ou não, não sabia, assim como também, tinha aceitado a recolha de monos, depois suspendeu e agora tinha retomado. Para si, a contradição maior que a proposta de rejeição apresentava, era que no Concelho as transferências e os acordos mantinham-se, acreditava que, com melhorias financeiras ajustadas e em linha com o aumento salarial da função pública, tal como resposta do **Sr. PCMVFX** em resposta a questões colocadas pelo **Sr. PJFV**, na ultima sessão da AM. Aliás os recursos financeiros estavam também descritos, no decreto-lei 57/2019, que o **Sr. PJFV** referia na proposta, que tinha apresentado à discussão nesta AF e estava no artº 9, deste diploma, dos quais destacou os seus pontos. Tudo indicava que o financiamento estava assegurado e por isso só via nesta proposta de rejeição, um modo de descolar de 4 anos de apoio parlamentar do PCP ao presente Governo. Ainda em relação ao texto da proposta apresentada dizia e passou a citar “As JF mantêm as dificuldades na realização das suas tarefas próprias, resultado do subfinanciamento e agravamento de condições impostas pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS”. Era verdade, disse, que o CDS esteve no Governo com o PSD e que já se tinha passado 4 anos e tinham estado num tempo em que quando lá tinham chegado, nem dinheiro havia no cofre para pagar à função pública, aos reformados e cumprir as obrigações do estado, e quanto aos sucessivos governos do PS, este era um deles que estava em exercício e que sem o apoio parlamentar do PCP, não conseguiria governar. Ainda referia que em relação às transferências de competências, o processo legislativo não estava concluído, a não vinculação da Freguesia e nenhuma nova competência, não justificaria a rejeição liminar do processo de transferência, assim considerava que deviam manter em aberto a possibilidade de transferências de competências, que demonstrasse uma mais valia, não para o executivo da JF, mas para a população.

O **Sr. PJFV** disse que era verdade que a Junta tinha aceitado com a CMVFX grande parte destas transferências. Mas discutiram transferências e valores, por isso umas aceitaram, outras não e estavam disponíveis para cumprir a lei 50/2018, desde que tivessem conhecimento desses valores, ponto por ponto, porque uma coisa, era sentar à mesa com a CM e aceitar o que achavam ser correto, e tinham em qualquer altura do ano, como já tinha referido na Assembleia, suspender. Em relação aos monos, o **Sr. PCMVFX** também já tinha dito que em qualquer altura, qualquer JF o poderia fazer, se achasse que não conseguia desempenhar esse papel. Chamou a atenção da eleita, porque continuava a insistir nesta questão e a dizer que a JFV tinha suspendido a recolha de monos, a Junta de Freguesia tinha acordado com a CMVFX e quem suspendeu tinha sido esta, porque tinha negociado com a JFV a recolha dos monos e um local para os depositar e dado que não possuía sítio onde as JF pudessem colocar os monos, suspendeu e foi devolvido o dinheiro que tinham recebido até à data.

Bruno Cordeiro do PS disse que relativamente a esta matéria, conseguiam compreender, que o executivo da JF sentisse que houvesse aqui uma margem de incerteza, era um processo novo, que se estava a desenrolar com todas as dificuldades que isso acarretava, que iria ser ultrapassada, à medida que estes processos fossem sendo implementados. A proposta que vinha aqui, de rejeição desta mesma transferência de competências, era adiar o inevitável, aquilo que a lei 50/2018 preconizava era que havia um prazo, para implementar esta descentralização, num curto espaço de tempo, ou seja, de dois anos, seria efectivamente implementada. Lembrava que da parte da bancada do PS, foram sempre favoráveis à descentralização de competências e acreditavam que a CDU, até o próprio PCP tinham sido favoráveis a essa mesma descentralização. Era estranho que no momento em que essa descentralização era efectuada e tinha sido discutido, quer do ponto de vista governativo, e com as autarquias locais, que a CDU mostrasse tantas reservas, relativamente a esta transferência de competências, tendo em conta que existia alguma

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2019 – ATA Nº 2/2019

margem de incerteza. Mas quanto à sua bancada, não tinham quaisquer dúvidas que os instrumentos financeiros necessários, iriam ser assegurados, sob pena de, para todos os efeitos, ser uma experiência completamente errada e não era isso que pretendiam, até porque achavam que essa era a visão que tinha o PS, o poder que conseguia exercer com mais eficácia e que conseguia responder de uma forma mais célere aos diversos problemas das pessoas, era precisamente o poder local e tinha sido para isso que tinha sido criado. A descentralização de competências esse carácter benéfico, que era o estar mais próximo das pessoas, o poder local ter a capacidade de conhecer a realidade melhor que a própria administração central, poder resolver os problemas que apoquentavam determinadas populações, quer de uma freguesia, quer de um município. Sabiam que da parte da CMVFX, a opção relativamente à descentralização de competências, tinha sido de as aceitar logo de início, até porque sendo um processo que era inevitável e irreversível, havia uma preparação para fazer essa implementação relativamente a esse processo. Disse não poder acompanhar esta deliberação, porque não concordavam com o teor da deliberação, achavam que da parte da JF existia um adiar de uma situação, que era inevitável e havia aqui algumas matérias, que quase fazia parecer que não estavam de acordo com a transferência de competências, havia algumas considerações nesta deliberação que quase fazia parecer isso, não eram favoráveis ao teor desta deliberação e portanto iriam votar contra.

Paulo Basílio da CDU disse que muito do que se passava na AR, muito teria de dizer do PS, com o CDS e o PSD na legislação laboral, também sobre aquelas imposições da UE, sobre os tratados orçamentais, também da facilidade com que o dinheiro tinha ido parar à banca, lá estava a TROIKA, a outra geringonça do costume, a votar nesse sentido. O apoio da CDU a este actual governo, de certeza que não tinha sido nesse sentido e a prova era que alguma coisa tinha melhorado, a nível dos salários, a nível das reformas, a nível dos impostos, porque tinha havido alguma pressão, para que não fossem sempre os do costume, a terem que pagar os mandos e os abusos dos outros, com a desculpa dos mercados. As últimas audições da AR até dava vontade de rir, porque se não fossem realmente graves, estaria ali um anedotário português o actual, Sr. Berardo e companhia e quando os mercados corriam mal, ninguém era responsável, nem sabiam de nada, era a lei, e uma lei feita para ajudar criminosos, ou a praticar crimes, também não tinha ficado muito bem a quem a tinha aprovado. A descentralização era no fundo uma fuga da regionalização, que era uma palavra que continuava a meter medo, lá estava na Constituição da República mas como uma parte da Constituição da República, era só para papel, e para se gabarem nos fóruns internacionais, de uma legislação muito progressista, embora não se aplicasse. Tinham dito anteriormente, que não se passava cheques em branco. Atribuem-se competências, aceitam-nas mas não havia dinheiro especificado, ou seja quem ia aceitar, já sabia ao que ia, depois logo se veria, se cumpriam ou não e logo responderia perante os munícipes ou perante os fregueses, se conseguia ou não, mas tinha aceitado, se calhar antes de ter aceitado deveria ter pedido toda a documentação, que não tinha chegado. Era o mesmo impasse. Quanto à questão em concreto, a nível nacional, tinham assistido a Câmaras do PS e do PSD, que também tinham recusado precisamente, com o mesmo argumentário, que era a falta de conhecimento e não estavam dispostos a dar cheques em branco. A dúvida que se colocava, era que se calhar estavam a utilizar esta questão das verbas, para depois terem o Ministro das Finanças, a fazer um orçamento muito interessante, em que cumpre com todos os objectivos europeus, porque o dinheiro realmente não saía, já não ia haver cativações, mas havia outra forma de fazer a manipulação financeira. Da parte da CDU continuavam a colocar em cima da mesa, não era o problema das competências, tudo o que fosse para ajudar as populações, que era para isso que servia o poder local, mas era incomportável que assumissem quaisquer funções, sem saber se financeiramente, era possível ou

não. O que estava em cima da mesa, era um cheque em branco e um desconhecimento completo do que iria ser o futuro. Esclarecessem-se e cada qual responderia por si.

Angela Bordalo da CDU no ponto prévio a este, tinham rejeitado por maioria da Assembleia, votando contra uma moção que implicava a aplicação de 75.000 €, para um orçamento, que era regido por mão de ferro e tratava-se basicamente de dinheiro para despesas, que eram correntes. Quanto a si, era completamente a favor da democracia e por isso a maioria prevalecia, achava muito bem. Agora estavam a querer dizer que a JF estava a impor uma coisa, ou um voto contra, naquilo que era um tiro no escuro, pois ninguém sabia como ia ser feito, era um cheque em branco. Iria dar o voto assim porque era bonito e o que estava no papel era bonito e quem era a JF para dizer que sim, quando havia grande maioria de Câmaras inclusive PS, a dizer que de fato não lhes agradava dar o avale a uma coisa que, concretamente ninguém sabia como ia ser feita, em termos financeiros nem como iam estas competências ser descentralizadas. Era como a questão do fim das taxas moderadoras, que afinal não tinha ido para a frente, era só um exemplo, nem dizia que era de um governo, era mais o modo de funcionar de um país. Objectivamente não pensava que se pudesse votar uma coisa, que para si, se tornava um abstracto, o que factualmente tinham, era descentralização de competências de Câmaras para Juntas, agora estavam a falar de Governo Central para as Câmaras e Juntas, era outro nível. Não lhe agradava e tinha de dizer que descentralização de competências, neste aspeto, tinha sido votado pelo PS com o PSD, não tinha directamente a ver com orçamento, eram coisas distintas, aqui a CDU e o PCP nem sequer do ponto de vista, daquilo que estava em cima da mesa, a nível do que era a descentralização em si, o que estava aqui em causa, era o modo como ia ser feito.

Lina Batista do BE disse ter tido a sua posição em Setembro, relativamente aquilo que a preocupava, que era Vialonga, mais tarde ou mais cedo a descentralização iria existir, de Governo para as Câmaras e das Câmaras para as Juntas. Este adiamento só poderia tornar-se num melhor esclarecimento daquilo que aí vinha, no seu entendimento, para possibilitar limar as arestas ao que faltava. Era só para que depois entendessem, a posição que iria tomar.

Bruno Cordeiro do PS disse que este adiamento, com o qual não concordavam, mas compreendiam, que houvesse um entendimento por parte do executivo da Junta de que achasse que este adiamento poderia dar mais tempo, até que houvesse mais elementos concretos, para que pudesse objectivar estas descentralizações de competências, que necessariamente se efectivaria para as JF. Poderia funcionar ao contrário, tendo menos tempo de preparação protelar, para algo que era inevitável e que em determinado momento, daqui por dois anos, teria que ser tudo implementado e a própria JF poderia ter dificuldade naquele momento de o fazer tudo de uma só vez. Também relembra que não estavam a trabalhar no vazio, se havia alguma margem de incerteza relativamente a alguns aspectos concretos, mas a verdade, disse, todos os diplomas sectoriais, a nível de transferência de competências, já tinham sido publicados e existia também já especificado, quer no orçamento, quer até no ponto de vista procedimental, as verbas ou pacotes financeiros, para que se saiba de uma forma e em alguns aspectos, não estava completamente resolvido, mas em muitos dos elementos que iriam contemplar a transferência de competências, nomeadamente na educação e na saúde, essas questões e estavam a falar de transferências para as CMs, esses aspectos estavam resolvidos. Não tinham nenhuma razão para duvidar que os aspectos mais concretos, relativamente também as próprias JF também não estivessem resolvidos num curto prazo. Foi esse o compromisso assumido pelo Governo e como era um processo que estava em marcha e que da mesma forma que também a JF propunha aqui fazer o adiamento deste processo, havia muitas JF, que entretanto já o tinham aceite e CMs e que esses municípios e JF teriam que ter meios para trabalhar e poder efectivar essa mesma descentralização, não

tenham qualquer dificuldade em compreender esse argumento, mas era uma opção do executivo da JF.

O Sr. **PJFV** chamou a atenção para o que tinha dito o eleito **Bruno Cordeiro do PS**, que a questão do adiar podia ser prejudicial, porque iriam receber instruções mais tarde, de como iriam trabalhar estas matérias e disse que neste momento já as fazia, se pegassem na lei e vissem o que faziam, neste momento estava treinado e fazia o trabalho com uma negociação, com a CM e aceitava ou não, as transferências de competências da CM, mediante um determinado valor, aceitou a desmatação para o futuro, sem saber o valor que tinha. Para desempenhar as funções que estava no decreto lei, já as desempenhava, mediante uma negociação com a CM, em termos de valores. Neste momento, era dar um tiro no escuro, porque não tinha negociação nenhuma, aceitavam sem negociar valores. Neste momento estavam preparados para exercer a função, mas o que queriam, era saber com que valores.

Não havendo mais inscrições o Sr. **PMAF** colocou o **terceiro ponto da ordem do dia “Transferência de competências – Dec-lei nº 57/2019 de 30 de Abril”**, à votação tendo obtido a seguinte votação: **votos a favor da deliberação proposta pelo executivo: 6 votos a favor da CDU; 4 votos contra do PS; 1 voto contra do CDS-PP; 1 voto contra do PSD-C+; 1 abstenção do BE, tendo sido chumbado o ponto nº 3 – Transferência de competências – Dec-lei nº 57/2019 de 30 de Abril, com 1 voto contra de qualidade do Sr. PMAFV.**

Nada mais havendo a tratar, o Sr. **PMAF**, Fábio Mousinho Pinto, declarou encerrada a sessão, sendo que a ata em minuta, foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e vai ser assinada pela Mesa (Presidente e Secretários).

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

O Presidente _____

O 1º Secretário _____

A 2ª Secretária _____